

“Retornados” de Angola em Belém. Memórias e identidades na diáspora*

Luana Bagarrão Guedes**

Resumo: A pesquisa discute a questão das identidades de retornados angolanos imigrados para o Pará nos anos de 1975 e 1976. Envolve discussões sobre memórias, lembranças e o tratamento de recordações nas relações dinâmicas entre presente e passado, bem como entre silêncio e esquecimento. Considerando as narrativas e depoimentos, como elementos constitutivos da realidade social que expressam significados e valores culturais e históricos, buscamos compreender, através da metodologia de história oral, como o movimento diaspórico contribuiu para a construção e reconstrução de identidades desses retornados angolanos. Assim, dialogamos com interpretações e reinterpretações sobre suas experiências vividas antes e depois desses processos migratórios, em discussões que envolvem dinâmicas de identidades, diásporas, relações familiares e cotidianos.

Palavras-chaves: retornados; diásporas; Pará.

“Returnees” of Angola in Belém. Memories and identities in the diaspora

Abstract: This research explores the identities of returned angolan immigrants to Pará between 1975 and 1976. Involves discussions about memories, remembrances and memories and the treatment of their dynamic relationships present/past, silence/oblivion. Taking into account narratives and reports, as constituents of social reality that express meanings and cultural values and historical, we seek to understand, through the methodology of oral history, how the diasporical movement has contributed to build and rebuild the identities of those angolan immigrants. Therefore, we will dialogue with the interpretations and reinterpretations of their own life experiences before and after the migrational process, in discussions that involve their dynamics of identity, diaspora, family relations and everyday life.

Keywords: returnees; diaspora; Pará.

1. Introdução

A vida é uma montanha russa. Eu pensava: “Passei por muitos problemas. Eles não acabaram, continuam vivos dentro de mim, e cada dia aumentam mais. Meu Deus, quando vou conseguir me livrar de tudo? Quando vou conseguir olhar para trás, e não sentir dor, mágoa e ressentimento?” (CARREIRA, 1998, p. 13).

Filomena Carreira, nascida em Angola e filha de portugueses, escreveu um livro

* Texto baseado na dissertação de mestrado defendida em 2005, na PUC-SP, com o título: *Memórias em exílio, identidades em trânsito. Angolanos no Pará (1975-2004)*, orientado pela professora doutora Maria Antonieta Antonacci.

** Mestre em História Social pela PUC-SP e doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Pará.

narrando suas memórias da infância e de como a saída de Angola, em 1975, foi, para ela, muita dolorosa. Conhecemos seu livro por acaso. Mas, algo me chamou atenção. A história de Filomena Carreira tinha muito a ver com a história da minha família.

As histórias da família de Carreira e a minha história estavam muito próximas de outras 500 mil. A dos “retornados” portugueses¹. Cerca de meio milhão de pessoas retornaram a metrópole a partir de 1974 até 1977 (FARIA; PINTO, 1996). Quem eram essas pessoas? Como vivenciaram essa experiência? Muitas dessas famílias imigraram para o Brasil, como a de Carreira.

Refletir sobre os chamados retornados portugueses é, sobretudo, discutir sobre o processo de colonização e descolonização dos países africanos ‘lusófonos’. Porém, poucos são os estudos que discutem isso a partir do olhar dos que vivenciaram este processo. A proposta, portanto, é compreender como estes retornados, nascidos em Angola, com nacionalidade portuguesa e que moram em Belém do Pará, no Brasil, re-interpretam suas experiências e se representam em grupo. Tendo como debate fundamental as identidades desses sujeitos fruto da diáspora contemporânea. Portanto, percorremos caminhos da História das Sensibilidades, e também dos estudos Culturais.

As abordagens deste estudo se referem a perfis de identidade de retornados angolanos em Belém do Pará. Passados tantos anos, o que podemos encontrar de africano em suas vidas? Ou melhor, como ficaram os laços com a terra natal e, atualmente, com o Brasil? Quais rupturas e incorporações culturais, onde muito foi deixado para trás? Como se expressam, transgressões, negociações, incorporações?

Quais as dinâmicas identitárias desses retornados de Angola, em espaços transnacionais e na intersecção de culturas, a partir dos processos vividos? Como se insinuam sinais de reconstrução e reinvenção de identidades afetivas e sócio-culturais? Esses serão alguns dos aspectos abordados neste artigo.

Desta forma, este artigo tenta compreender como as memórias dos retornados portugueses de Angola foram construídas, e para isso o método utilizado é a história

¹ Entende-se por retornado aquele que nascido em Portugal viveu em Angola. Essa definição abrangeu-se aos filhos no momento em que estes portugueses, nascidos nas colônias portuguesas na África tiveram que sair destes territórios em virtude das independências e tumultos gerados por este processo. Moçambique e Angola foram os países com o maior número de retornados. Os jornais da época usavam este termo para diferencia-los dos portugueses que viviam na ‘metrópole’. Porém, muitos dos ditos retornados, especialmente os já nascidos nas províncias ultramarinas, não aceitam esta definição dada pelo governo português, por entenderem que não estavam retornando a lugar nenhum. Este debate será ampliado na tese de doutoramento que está em andamento.

oral, já que a principal fonte analisada são as narrativas orais. Isso nos trouxe a necessidade de discutir História Oral e suas relações com a memória, pois narrar é reviver, atualizar e negociar experiências vividas. Discussões travadas entre estudiosos dessa área ajudaram nesta pesquisa, já que envolvem questões referentes a como trabalhar depoimentos, significados da memória, ética e experiência na história oral.

Portelli (1997) e Khoury (2001) afirmam que as narrativas orais são carregadas de “significados”, pois os sujeitos reinterpretem suas experiências vividas no passado com os “olhos” do presente, construindo assim uma série de representações e forjando suas memórias a partir dessa rede de significações. *Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar.* (PORTELLI, 1996, p. 60).

Para Paul Thompson *recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade* (THOMPSON, 1992, p. 208). Dessa forma, no trabalho com a história oral, faz-se importante também um debate sobre o conceito de memória. Segundo Le Goff (2003), a memória coletiva passou a existir no sentido social amplo em relação ao passado a partir do surgimento das grandes civilizações. Mas no cômputo geral, esta memória coletiva sempre esteve atrelada e sob domínio de uma pequena parcela de uma sociedade ao longo da história, como forma de controlar o poder político. Segundo Henry Rousso:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado [...]. A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs (ROUSSO, 2002, p. 94).

Ecléa Bosi também discute a questão da memória, partindo de questionamentos relacionados à função social da memória. Em seu livro *Memória e Sociedade; lembranças de velhos* (1987), a autora discorre sobre a importância da história oral e sobre a relação entrevistado/entrevistador. Sobre a memória narrada, afirma:

Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz

do sol. (...) o passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte (BOSI, 1987, pp. 47-48).

Segundo Le Goff, a memória não é uma forma estática, mas possui um processo dinâmico, onde está sujeita à alteridade com o passar do tempo.

Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (LE GOFF, 2003, p. 33).

O historiador, ao ter conhecimento da subjetividade da história oral e da memória, deverá estar atento quando elaborar as suas entrevistas, pois trabalhará com pessoas que podem ou não ter conhecimento prévio do seu objeto de estudo, além de se deparar com narrativas diferentes. Muitos gestos e expressões dos entrevistados devem ser observados e transcritos. Segundo Portelli, as entrevistas podem nos revelar acontecimentos antes não observados, olhares novos sobre os eventos.

O resultado são narrativas nas quais a fronteira entre o que toma o lugar fora do narrador e o que acontece dentro, entre o que diz respeito ao individual e o que diz respeito ao grupo, pode se tornar mais enganosa que os gêneros escritos estabelecidos, de modo que a *verdade* pessoal possa coincidir com a *imaginação* compartilhada (PORTELLI, 1996, p. 30).

Neste artigo utilizarei cinco entrevistas que foram realizadas entre os anos de 2002 e 2005, além do livro de Filomena Carreira (1998), dados do IBGE da década de 1970 e artigos e reportagens dos jornais A província do Pará e O Liberal, dos anos de 1974 a 1976.

Os entrevistados fazem parte de três famílias distintas: Bagarrão², Panarra e

² Como percebido, dois familiares meus estão entre os entrevistados, minha tia, Eugênia Bagarrão e meu tio avô Antônio Bagarrão, falecido em 2013. Até que ponto este estudo pode ser uma pesquisa acadêmica, já que minhas vivências interagem com as de meus entrevistados? Não pretendo, e nem defendo, uma investigação histórica que me transforme no "outro" na relação com os entrevistados, até mesmo porque seria impossível, sendo eu parte tanto do "nós" (os portugueses-angolanos) quanto do "deles" (o mundo de fora). Hoggart já discutia sobre esta temática em 1973. Acredito que a proximidade com os entrevistados (parentes e amigos) e a familiaridade com o tema ajudam na compreensão dos sujeitos em foco. As percepções adquiridas entre seus mundos, em suas diversas fronteiras, fizeram com que a pesquisa fosse adquirindo sentido histórico. E foi a partir das reflexões críticas sobre o material proporcionado pelas vivências familiares e pelos entrevistados que as problemáticas

Delgado. Da família Bagarrão foram entrevistados Antônio Bagarrão e Eugênia Bagarrão Gibson. Antônio saiu de Angola aos 47 anos, em 1975, com esposa e quatro filhos, e chegou ao Brasil em 1976. Eugênia Bagarrão, sobrinha de Antônio, saiu de Angola no mesmo período, com 17 anos, acompanhada de seus pais e mais cinco irmãos. Na família Panarra foram entrevistadas Maria José Panarra Ferreira Brito das Neves e Ana Carla Panarra Ferreira Brito das Neves, mãe e filha respectivamente. Maria José deixou Angola aos 34 anos e Ana Carla aos 12 anos, ambas em 1975. Por fim, da família Delgado foi entrevistado Cláudio Delgado que saiu aos 17 anos em 1976.

Todos os entrevistados fazem parte da segunda ou terceira geração de ‘colonos’ portugueses em Angola, isso quer dizer que mesmo com o status de portugueses em suas nacionalidades, até o momento da saída de Angola, todos conheciam apenas a realidade angolana. Portanto, esses entrevistados se enquadram numa perspectiva bem controversa vivenciada por muitos angolanos-portugueses. Conheciam a dita “pátria mãe” a partir dos símbolos apresentados a eles desde a infância, ou pelas histórias contadas pelos mais velhos. Porém, todos os entrevistados possuíam, o que o governo salazarista definia, como traço mestiço³.

Por que se faz importante abordar esta questão? Porque para entender a imigração, e por consequência como os sujeitos lidaram e lidam até hoje com ela, é fundamental entender o contexto em que viviam, afinal, *a imigração é um fato social completo* (SAYAD, 1998, P. 15). Nesta perspectiva, é fundamental perceber e compreender os imigrantes como sujeitos que carregam consigo as experiências sociais compartilhadas e experimentadas no país de origem. Só assim, poderemos compreender como as suas narrativas, dentro da questão da diáspora, foram construídas, ressignificadas e reexperimentadas, e como são expressas no ato da entrevista.

E, para responder estas questões, este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte trilharemos os caminhos da diáspora, as relações Angola-Brasil-Portugal, inserindo os sujeitos sociais pesquisados. Na segunda parte analisaremos as narrativas tentando compreender as dinâmicas identitárias desses sujeitos frente uma

foram se construindo. Para ler sobre a concepção do ‘outro’ e do ‘nós’ na pesquisa histórica ver: HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*, Lisboa: presença, 1973, cap. 3. Além disso, o debate sobre a minha posição dentro desta pesquisa foi amplamente feito na dissertação de mestrado defendida em 2005.

³ Quando existia na família casamento com pessoas nativas de Angola.

história carregada de desterritorialização. E, por fim, as considerações finais.

2. De Angola ao Brasil. Caminhos trilhados

Quando se discute sobre identidade de imigrantes dentro de perspectivas transnacionais, se faz necessário delinear claramente as razões desencadeadoras do ato de imigrar. Emigrar não é somente uma questão de escolha, envolve todo um contexto que influencia, dá incentivos e estímulos a emigrações. Por isso, trilharemos os caminhos sobre a história de Angola, tentando perceber motivações para esses fluxos emigratórios que levaram tantos angolanos a imigrarem a partir da década de setenta, e mostraremos como esses retornados chegaram ao norte do Brasil.

A presença portuguesa nesta região da África remonta ainda ao século XVI. E, Angola tornou-se colônia apenas no século XIX⁴. Foi no século XX que a presença de portugueses em território colonial fez-se mais presente, sob o estímulo do governo de Salazar, segundo Menezes (2000). As histórias das famílias entrevistadas estão diretamente ligadas ao Acto Colonial⁵ que permitiu e incentivou que portugueses se mudassem para Angola.

Com o crescente número de portugueses em Angola, a população dita nativa teve que se submeter ao controle luso. Como em qualquer imigração, a interação com a população local, a miscigenação, o enraizamento e as trocas culturais fizeram-se presentes. Tanto que muitas famílias eram vistas como “mestiças”.

O pai de dona Maria José foi para Angola por volta de 1915 trabalhar em uma companhia inglesa. Construiu patrimônio e família, seus filhos e esposa eram angolanos, evidenciando a mistura que ocorreu entre portugueses e angolanos ao longo da história da colonização portuguesa.

A família Bagarrão também é fruto dessa mistura, de forma ainda mais intrincada, pois os avós paternos do senhor Antônio Bagarrão eram portugueses e seus fi-

4 Para saber mais, ver em: CRUZ, 1976; FERREIRA, 1979; LINHARES, 1981; MACQUEEN, 1997; MENEZES, 2000; e PINHEIRO, 1962.

5 O Acto Colonial foi instaurado em 1930 e “teve como principal objetivo a legalização da subordinação das colônias portuguesas à metrópole. No entanto, Portugal já era forte dependente do capital britânico, que nesta fase participou efetivamente da exploração de colônias portuguesas como Angola. Os ingleses passaram a participar da exploração direta de recursos naturais angolanos, inaugurando o que Solival Menezes chama de “colonialismo coletivo”. Ocorreu então, um grande crescimento na economia angolana, que não se estendeu para o campo social” (GUEDES, 2005, p. 38).

lhôs nasceram em Angola. Já o bisavô materno de Eugênia, que era português, casou-se com uma angolana que, naquela altura, ainda vivia de forma “tribal”. O que estabeleceu certos tabus familiares. Por exemplo, segundo dona Eugênia, sua bisavó materna se negava a ser cumprimentada pelos bisnetos na rua, pois interiorizara que eram de uma raça inferior. Essas situações narradas nos dão indícios da incorporação perversa de preconceitos raciais e étnicos coloniais pelo próprio povo angolano.

A partir da década de 60, movimentos que defendiam a liberdade angolana passaram a questionar privilégios concedidos aos “*portugueses*”, rejeitando a exploração negra, enfim, aos colonizadores. Os movimentos organizaram-se e armaram-se e, em 1961, começaram a lutar oficialmente contra o exército português. Com poucas armas e recursos, os movimentos guerrilheiros foram sofrendo muitas baixas e constantes derrotas, e ainda na década de 60 a guerra limitou-se às fronteiras políticas do país, segundo MacQueen (1997).

Os três principais movimentos MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), recebiam apoios internacionais de países interessados na independência das riquezas angolanas. Esses movimentos, formados pelas três maiores etnias de Angola (Quimbundo, Kicongo ou Bacongo e Ovimbundo, respectivamente) rivais históricas e com características, dialetos, rituais, vestimentas e organização social distintas, ainda tiveram suas diferenças enredadas na dita Guerra Fria, que contrapunha ideologicamente ainda mais os movimentos, através de suas alianças.⁶

Por isso, em geral, as opções partidárias neste período vinculavam-se à região de nascimento, etnia e também a poderes regionais, porque os movimentos defendiam interesses de partes distintas em Angola e possuíam discursos ligados às necessidades de diferentes classes sociais e grupos étnicos. Além disso, foi se percebendo que muitas vezes a simpatia pelos movimentos estava relacionada a expectativas pessoais, nem sempre individuais.

“Eu não, eu era neutra, não tinha coiso (partidos), mas meu pai, eles (*refere-se também ao marido*), eles eram mais assim pela UNITA (...), eles moravam muito tempo em Silva Porto, por ali, já conhecia mais

⁶ Para saber mais: LINHARES, 1981; MACQUEEN, 1997; e MENEZES, 2000.

aquele pessoal, era assim, eles apoiavam da maneira como os africanos apoiavam ali naquela (*região*), mas ele não era daqueles que se metiam não” (Depoimento de dona Maria José, concedido em 27 de fevereiro de 2005).

Além de Silva Porto ser uma região onde a UNITA dominava, o pai e o marido de dona Maria José trabalhavam em uma companhia inglesa e os interesses dessas companhias seriam preservados caso a UNITA vencesse o conflito, porque eram apoiados pelos ingleses, África do Sul e EUA. Além disso, Savimbi, líder desse movimento, discursava frequentemente para os portugueses via rádio, defendendo a criação de um governo angolano que fosse para todos. Porém, segundo dona Eugênia Bagarrão, após os discursos em português, Savimbi falava à população negra de Angola em ovi-bundo⁷, pedindo a expulsão dos portugueses que eram seus exploradores.

Interessante perceber que Savimbi, mesmo chamando os colonos portugueses para a luta por um governo igualitário, que não distinguiria nacionalidade ou etnia, também defendia, entre a população nativa de Angola, um governo tipicamente angolano, sem os seus invasores e exploradores. As alianças formadas pelos partidos dão indícios desses intricados jogos de poder, pois o próprio Savimbi, defensor de uma nação livre e negra, tinha como maiores apoios internacionais EUA e Inglaterra, comprometendo-se em respeitar as empresas internacionais em território angolano, resguardando os seus interesses em troca de financiamento bélico, como apontou Menezes (2000). Em meio aos jogos de poder pela luta da independência, havia também um interesse em ganhar apoio popular, justificando assim as medidas contraditórias adotadas pelos partidos políticos angolanos neste período.

As armas desse confronto ultrapassaram as fronteiras bélicas. Tornou-se muito comum a apropriação de características culturais regionais para a difamação do inimigo, segundo Menezes (2000). Os comunistas eram tidos como “demônios” na terra, pois seriam capazes de tirar todos os pertences pessoais e distribuí-los entre seus partidários. Os inimigos de Savimbi associavam a sua imagem à falta de inteligência, já que ele não falava bem em público, tentavam assim incapacitá-lo para o poder. E, segundo os entrevistados, foram pequenos pormenores como esses que ajudaram para o acirramento das diferenças já existentes e estimularam o medo na população em não ver seu partido alcançar a vitória.

⁷ Dialeto do sul de Angola.

Os colonos, por outro lado, temiam não só o conflito político e bélico, mas também as retaliações populares, por isso buscaram apoio na pátria que consideravam sua. Mas Portugal também passava por mudanças profundas. As críticas à ditadura salazarista eram cada vez maiores, tanto em território luso quanto internacionalmente. MacQueen (1997) afirma em sua obra que os movimentos de esquerda portugueses, que além de criticarem a ditadura também defendiam a independência das colônias, ganhavam cada vez mais o apoio popular. Ou seja, em território português as agitações políticas também eram intensas.

O estopim da crise política portuguesa ocorreu em 25 de abril de 1974, quando jovens oficiais do exército português se rebelaram contra a ditadura, empunhando cravos. A “Revolta dos Cravos” alimentou a esperança do povo português nas mudanças sociais tão desejadas e ainda reforçou o sonho dos movimentos e do povo angolano, para uma provável independência. (MACQUEEN, 1997).

Os movimentos angolanos, que estavam quase sufocados, reorganizaram-se e passaram a exigir a independência. O Acordo de Alvor, assinado pelo novo governo português, comprometeu-se a dar a liberdade a Angola até o dia 11 de novembro de 1975. Porém, era exigida uma conciliação entre os principais movimentos, para que dessa forma as etnias fossem representadas e a liberdade ocorresse em clima de paz, ao menos era o que estava escrito no acordo.

Na prática, os três principais movimentos, que durante muito tempo tiveram os seus comitês organizadores no exterior, retornaram a Angola e iniciaram uma guerra civil pelos principais territórios angolanos, desencadeando perseguições aos colonos portugueses e seus colaboradores, mesmo que de forma não explícita. Menezes em sua obra (2000) defende que os líderes dos movimentos acreditavam que quem tivesse o domínio sobre a maioria do território seria declarado vitorioso e empossaria o governo independente de Angola.

Os meses que antecederam a independência, apesar das tentativas de alguns portugueses e seus “discursos” para promover a paz entre os movimentos, foram tensos e conflituosos. Perante isso, o governo português resolveu retirar do território angolano seus colonos. Mas como definir quais eram seus colonos, já que a imigração portuguesa para Angola vinha acontecendo de forma intensa desde o final do século XIX? Além disso, como distinguir os portugueses “puros” daqueles que já eram fruto de

miscigenações? Como definir os “portugueses” em um território em que todos até então tinham nacionalidade portuguesa, mesmo que com algumas restrições?

Estima-se que cerca de 500 mil “portugueses” saíram de Angola em 1975 com auxílio do governo português. O número de angolanos que fugiram da guerra, sem o auxílio de Portugal, atravessando fronteiras vizinhas a Angola, é impossível de ser estimado (FARIA; PINTO, 1996).

Os portugueses que retornaram com auxílio e proteção do governo foram para Portugal e encontraram um país com graves problemas sociais, entrando na União Europeia e sem infraestrutura capaz de receber um número tão grande de retornados. São muitos os relatos sobre problemas enfrentados em terra Lusa; a falta de emprego, preconceitos, crescentes perseguições a retornados pelos portugueses, problemas que fizeram o governo português, pressionado por sua população, incentivar novas imigrações. Os incentivos não eram apenas verbais: o governo pagava a passagem, a hospedagem e ainda garantia certa quantia em dinheiro para a organização de uma “nova” vida, longe dali.

Portugal, um país pequeno, em profunda crise política, que recebeu um número expressivo de retornados, provenientes não só de Angola, mas de toda a África portuguesa, sem possuir uma infraestrutura e vontade política de lhes garantir acolhida e emprego, adotou uma política de forte emigração, incentivando, patrocinando e forçando novas imigrações para países com que tivessem acordos de cooperação.

“Foi quando chegamos a Portugal, meu mundo acabou, meus sonhos desabaram naquele momento. Era uma fila imensa, quando a gente descia do avião, andava um pouco, vinha uma, acho que era uma assistente social, até hoje eu nem sei quem era, fiquei chateada mesmo, chorei muito, aí eles nos colocaram – nos carimbavam! – era um papel assim redondo, e nesse papel tava “refugiados”. Refugiados? Por que meu Deus? Se tanto te amei Portugal! Olha, eu nunca escutei outro hino, olha eu não sei como é que é o hino de Angola, eu não sei nem como é a bandeira de Angola, desde que eu nasci eu aprendi a amar o hino português, bandeira portuguesa, até o hino da minha escola, se tu queres eu até agora, eu tava na alfabetização, eu me lembro de (choro) tudo isso. Para tu veres o que marcou para mim, a minha identidade era o quê? Era Portugal. Mas quando eu cheguei em Portugal, eu me senti assim entalada, eu virei assim, etá mãe Angola.... Você não me quis, mas também meu pai Portugal também (*sic*) não me quis” (depoimento de Eugênia Bagarrão concedido em 10 de abril de 2004).

Além disso, as pressões sobre o novo governo português foram muitas e de todos os setores da sociedade, pois Portugal sofria com o desemprego e a entrada desses retornados agravou esta situação.

“Lá em Lisboa a gente não se dava bem, não se convivia bem com o português, que o português não gostava do angolano, até hoje, não gosta. E até para não haver atritos, viemos para o Brasil” (depoimento de Antônio Bagarrão, concedido em 05 de janeiro de 2003).

Diante do crescimento significativo, o governo português criou o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), a partir do decreto Lei nº 169/75, de 31 de março. Segundo o decreto lei, competia ao Instituto:

- a) Estudar e propor superiormente as medidas necessárias para a integração na vida nacional de todos os cidadãos portugueses, como tal considerados pela lei de nacionalidade vigente em Portugal, que se desloquem para território nacional, com o fim de nele se fixarem, qualquer que seja a sua proveniência, assegurando a disciplina do seu afluxo e a defesa de seus direitos.
- b) Dar parecer ou encarregar-se dos assuntos que superiormente lhe forem cometidos e que dentro da sua esfera de acção possam estar directa ou indirectamente ligados ao processo de descolonização em curso e ao possível retorno de emigrantes (Comissariado para os Desalojados. Decreto Lei nº 169/75, 31 de março de 1975. In: *Relatório de Actividades*, Capítulo III, 30 de junho de 1979. Arquivo Histórico Ultramarino).⁸

De maio a novembro de 1975, 905 vôos de Luanda a Lisboa foram realizados. Segundo os dados do IARN, só nesse ano 173.982 pessoas utilizaram a Ponte Aérea para fugir dos conflitos em Angola, e 101.617 chegaram a Portugal por meio próprio, portanto, 275.599 pessoas desembarcando em um país que muitos nem conheciam (informações retiradas do acervo do IARN localizado no Arquivo histórico Ultramarino em Lisboa). Dessa forma, esse era o órgão que organizava e liberava recursos também para a emigração.

Mas, qual a Angola vivenciada e rememorada pelos entrevistados? Todos os entrevistados possuem um traço comum em suas narrativas. Lembram de Angola de forma ufanista, ou até mesmo, utópica. O senhor Antônio Bagarrão quando perguntado sobre o que ele achava de Angola, respondeu:

⁸ Manteve-se a grafia original do documento.

Eu, de Angola, sinceramente, antes da guerra, era o melhor país do mundo para viver. Não tem dúvidas! Tinha tudo! Em riqueza natural então, isso nem vale a pena falar. Tem tudo. Tem o diamante, tem o ferro, tem o petróleo. O petróleo, o maior filão do petróleo está em frente a Benguela. O maior filão do mundo! Né? Em quarenta e cinco unidades de minérios no mundo, Angola tem trinta e cinco. Quarenta e cinco existem no mundo, Angola tem trinta e cinco. Pretos andavam na rua a vender diamante, eu nunca comprei diamante nenhum. Só via, brincava com eles. Por quê? Nós nunca íamos supor que havia uma guerra em Angola, que tínhamos que abandonar o nosso país, não é? (depoimento de Antônio Bagarrão, concedido em 05 de janeiro de 2003).

Alguns dos dados mencionados não condizem com os dados oficiais, especialmente sobre a questão dos minérios e petróleo. Mas, o fundamental é perceber que na sua fala o senhor Antônio tenta nos mostrar um país muito rico e como ele mesmo diz, “o melhor país do mundo para viver”. Essa exaltação de uma Angola rica, bela e pacífica também foi encontrada em todas as narrativas coletadas.

Importante ressaltar que os entrevistados possuíam uma condição social estável. A família Bagarrão, por exemplo, possuía uma indústria de pesca ao sul de Angola. Os homens da família Panarra, segundo as entrevistadas, tinham bons empregos. E, Filomena Carreira ao descrever sua casa em Luanda nos retrata uma mansão. Portanto, mesmo que todos não fossem ricos ou que esbanjassem riqueza, ficou nítido nas narrativas que essas famílias eram privilegiadas socialmente.

Dessa forma, percebe-se que essa narrativa saudosista e carregada de ressentimento, pela saída de Angola, está relacionada com o fato de que ao saírem perderam seus privilégios e na maioria dos casos, perderam os seus bens materiais. Ao chegarem a Portugal, estas famílias se viram desempregadas, sem moradia e sem renda fixa.

E onde entra o Brasil nesta história? O país vivia uma Ditadura Militar⁹. E, apesar de possuir um governo dito de direita a política externa brasileira na década de 70 buscou um não alinhamento fazendo novos acordos comerciais, tecnológicos e científicos. Tal política batizada de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” (VIZENTINI, 1998, 197), deu o seu primeiro passo com a aproximação aos países árabes, por intermédio do Itamaraty, que tinha como objetivo trocar produtos primários, industriais e serviços por petróleo, já que naquele período os preços dos barris de petróleo batiam

⁹ Não é interesse deste artigo aprofundar os debates relacionados a censura e perseguições políticas vivenciadas no país entre 1964 e 1985.

registros de valorização.

O discurso brasileiro não questionou a estrutura do sistema internacional, apenas pretendeu um melhor posicionamento dentro da ordem já existente. Por isso, sua política externa não tinha como objetivos defender os interesses de outros países na mesma situação, mas ampliar o mercado brasileiro, reforçar a industrialização nacional e tentar sair da crise iminente.

Nesta época, o Brasil também adotou nova postura em relação a sua política externa na África. Apoiou os novos governos dos países nascentes, recém-descolonizados, chegando a ser o primeiro a reconhecer a independência de Angola. A África se tornou importante na pauta internacional devido ao grande mercado existente; o governo do Brasil, segundo Vizentini (1998), via nesta aproximação a possibilidade de exportar bens de consumo (duráveis ou não), em troca de matérias primas baratas, ao mesmo tempo em que poderia ter acesso às riquezas minerais e naturais, como o petróleo, desses países.

O Brasil foi um dos países que se mostrou solidário à causa portuguesa e angolana, recebendo o enorme número de retornados que, em geral, eram técnicos experientes em vários setores produtivos de Angola. O IBGE, seguindo as expectativas do governo com a imigração (aumento do número de mão de obra qualificada para o mercado interno em expansão), contabilizava os que adentravam no país, especificando sexo, faixa etária e profissões. Esta imigração foi pautada por um acordo existente entre Brasil e Portugal, o que garantiu aos retornados o visto de permanência logo de imediato.

Segundo pesquisa realizada no ano de 1975¹⁰, os portugueses que entraram no país exerciam diversas atividades, sendo mais frequentes as de caráter domésticas, engenharias e qualificação operária. Vale destacar que estas informações foram obtidas diretamente com os imigrantes, e muitas vezes poderiam ser alteradas para facilitar a obtenção do visto de permanência. Isso seria possível já que muitos, ao fugirem de Angola, não puderam tirar documentos escolares ou de trabalho que comprovassem a veracidade de suas declarações. Temendo esta possibilidade, o governo brasileiro criou testes para qualificar o nível de ensino de cada retornando que entrava no país.

¹⁰ "Imigrantes entrados no Brasil, caráter permanente, segundo vários aspectos- 1975". In: Anuário estatístico do Brasil 1976. Rio de Janeiro: IBGE, v.37, 1976. Disponível em: www.ibge.gov.br

No entanto, como o número foi além do esperado, nem todos os fizeram.

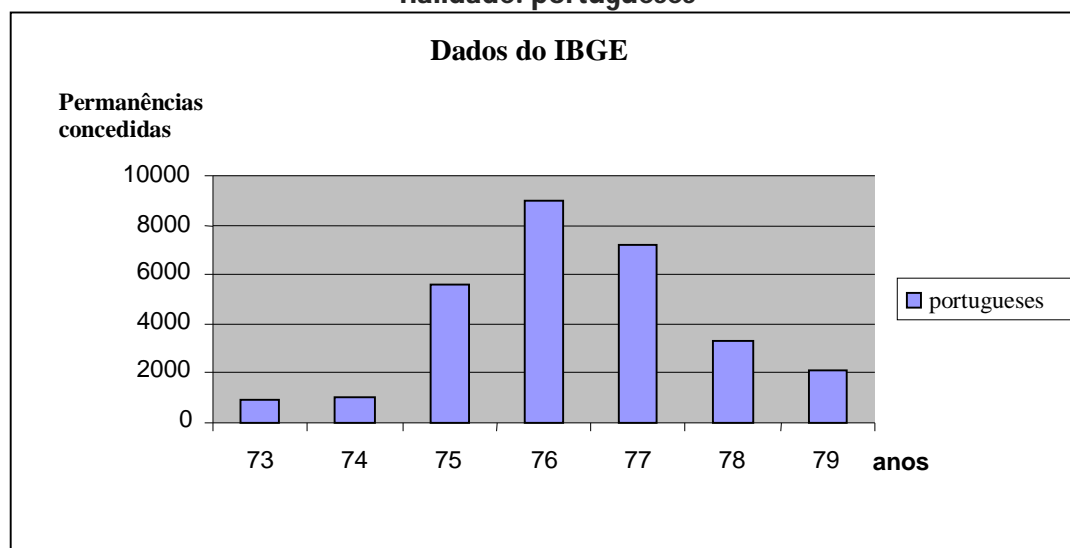
As famílias entrevistadas, na época da imigração, tinham como maioria de seus componentes estudantes, sem qualificação profissional. Na família Bagarrão, o pai de Eugênia, Arnaldo Bagarrão, entrou como pescador, assim como seu irmão, Antônio Bagarrão. O caso da família Panarra foi diferente, pois tinham parentes em território nacional que se responsabilizaram pelas suas permanências. O marido de D. Maria José, mesmo com a ressalva familiar, entrou como comerciante, e seus filhos como estudantes.

Os retornados portugueses têm como maior característica, na sua imigração para o Brasil, o fato de ser familiar, e em geral quase todos chegaram a terras brasileiras com o apoio financeiro do governo português e sem muitos recursos. No Brasil, os retornados, chegavam geralmente através do Rio de Janeiro, e eram recebidos pela embaixada portuguesa. Esses portugueses, naturais de Angola ou não, tinham um prazo a cumprir para a legalização dos papéis e liberação do visto de permanência. Com relação aos retornados, existiam organizações que os auxiliavam diretamente, fosse com moradia, alimentação, roupas, móveis e utensílios domésticos, fosse na retirada de documentos.

A ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e a Cáritas (Organização não governamental fundada pela Igreja Católica para ajuda aos refugiados e desabrigados no mundo) foram as associações que mais ajudaram os retornados portugueses no Brasil, assim como também as associações lusas de todo o país. Estas instituições tinham como objetivo ajudar as famílias a se estabelecerem no território brasileiro, auxiliando também na procura de emprego.

Esses retornados que vieram para o Brasil possuíam nacionalidade portuguesa, visto que deixaram Angola antes que o país declarasse oficialmente sua independência. Por isso, não se tem um número exato de quantos portugueses refugiados de Angola, entraram em território brasileiro neste período. No entanto, dados do IBGE mostram um aumento significativo na entrada de portugueses no Brasil em 1975 e 76, como mostra gráfico a seguir:

Quadro 1 – Permanência de estrangeiros concedidas, segundo país de origem. Nacionalidade: portugueses



Fonte: Pesquisas do IBGE de 1974 a 1980. In: site:www.ibge.gov.br.

As pesquisas feitas pelo IBGE não especificam o número de portugueses provenientes da África portuguesa, mas, não por mera coincidência, o número de entrada de portugueses em território brasileiro teve um significativo aumento nos períodos anteriores e posteriores à independência angolana, período de maior emigração daquele território. Além da instabilidade nas colônias, Portugal também passava por problemas internos, tanto políticos quanto econômicos, o que também ajudou no aumento da imigração para o Brasil.

Os refugiados angolanos começaram a chegar ao Brasil ainda em 1975, como noticiaram os jornais. A grande maioria dos refugiados desembarcou em território brasileiro somente em 1976, vindos de Lisboa. Sobre esse “novo” tipo de imigração, Theóphilo de Andrade escreveu um artigo para *A Província do Pará*:

estão a chegar em levadas e mais levadas, já tendo ultrapassado a casa dos 80 mil e, até fim do ano, poderão chegar a 150 mil, contadas as famílias.

Antigamente, essa imigração era lenta e se fazia através dos parentes e amigos que todos os portugueses têm no Brasil. Agora, porém, a situação é diferente porque são verdadeiramente fugitivos, e a maioria, sem recursos.

Desembarcaram do navio ou do avião e vêem-se desamparados, em terra brasileira, sem saber para onde ir e muitas vezes, sem dinheiro até para as primeiras despesas (“A nova imigração portuguesa”, por Theóphilo de Andrade. In: *A Província do Pará*, 20 de agosto de 1975,

1º caderno, p. 04).

A escolha pelo Brasil como residência vai muito além das leis de imigração, envolvendo as relações estabelecidas entre Portugal, Brasil e Angola e as trocas de influências culturais existentes entre esses países ao longo de tantos séculos. Mas, segundo os entrevistados, a escolha está relacionada pela facilidade do idioma e porque, na época, idealizavam o Brasil como ouviam nas radionovelas, nas letras das músicas e nas revistas que tinham acesso.

A chegada a região norte do Brasil, desses retornados, tem relação com a própria política de migração interna implantada pelo governo federal. Dentro desta Política de Desenvolvimento adotada pelos governos militares, a Amazônia era o símbolo do progresso e, com os projetos de integração e soberania nacional, que tinham como principal objetivo integrar o país através de rodovias e proteger a Amazônia de “invasores estrangeiros”. A região norte foi alvo de grandes projetos, inclusive rodoviários, sendo a Transamazônica seu maior símbolo, pois ligaria as região norte e nordeste.

Os jornais paraenses já traziam em seus artigos e reportagens do primeiro dia do ano de 1975 as metas para a Amazônia. Metas de crescimento e para sua “colonização”. O governo brasileiro tinha como um dos objetivos desse plano povoar as regiões ao redor das estradas e os estados com pouca população, fundamentais para a integridade do território nacional. “Para o Ministro do Interior (Rangel Reis), ‘a Amazônia é a solução para os grandes problemas nacionais’ (...)”. (Artigo: Projetos voltados para o homem, in: *A Província do Pará*, 25 de abril de 1975, 1º caderno, pp. 05).

Órgãos governamentais foram criados para melhor administrar esta região, como a SUDAM e o projeto Poloamazônico (PETIT, 2003). Eram responsáveis pela administração, desenvolvimento e financiamento dos grandes projetos, que tinham capitais estrangeiros, privados e estatais. Dentro dos planejamentos estava a “colonização” da Amazônia através da distribuição de lotes ao redor das rodovias construídas.

Em 1975, o governo Geisel dava continuidade à política de colonização da Amazônia, e ao longo deste ano foram muitas as reportagens, em jornais paraenses, a noticiar a migração inter-regional programada pelo governo. Na Amazônia oriental, a migração programada era direcionada à população da região sul do país, com promessas

de terras e financiamentos¹¹.

O Pará apareceu como o grande receptor dos fluxos nordestinos, que representaram 55% da imigração ocorrida no Estado. Os fluxos emissores mais importantes foram oriundos do Maranhão (58%), do Ceará (18%) e da Bahia (11%). Além destes, verificou-se também um significativo fluxo proveniente do Centro-Oeste, em torno de 80 mil pessoas, correspondendo a 21% do total da migração para esse Estado, tendo sido Goiás o Estado que mais contribuiu com relação ao referido fluxo (89% do respectivo total). A imigração proveniente do Sudeste também foi importante para esse Estado, com 14% do total (BRASIL, <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/mabrasil.doc>).

Neste período também aumentou o número de imigrantes que se direcionaram ao Estado do Pará, segundo pesquisas do IBGE. Na década de 70, o número de estrangeiros que pediram o visto de permanência no Estado teve as mesmas variações que a entrada de portugueses no país, seguindo as correntes migratórias internas do mesmo período. O número de solicitações dobrou no ano de 1976, e relação ao ano anterior. No entanto, não é possível afirmar que exista uma relação nesse fato, pois a pesquisa não especifica a nacionalidade desses imigrantes.

Sobre essa “nova” imigração portuguesa, um artigo do jornal *A Província do Pará* discutiu os locais escolhidos pelos emigrantes, com auxílio de entrevista do Cônsul-geral de Portugal em Belém, Júlio Cândido Vasconcelos, que cedeu dados sobre o assunto. Neste artigo, de nove de setembro de 1975, lê-se:

Os Estados Unidos e o Brasil, são os países preferidos pelos emigrantes portugueses que demandam às Américas, principalmente este último, em virtude da afinidade de idiomas e de outros vínculos que unem as duas nações. (...) este fator (*a pequena oferta de empregos compatíveis com a formação desses emigrantes*), aliado ao baixo padrão salarial da região, justifica, na opinião do Dr. Júlio Vasconcelos, a marcante preferência dos imigrantes pelos centros mais evoluídos do Brasil, principalmente da região sul (“Portugueses estão vindo para Belém”, jornal *A Província do Pará*, 9 setembro de 1975, 1º caderno, p. 05).

¹¹ Mas, a maioria da população migrante procedia do nordeste brasileiro, estimulada pelas políticas governamentais que propagandeavam os grandes projetos e as promessas de emprego e fortuna fácil. Além disso, a extração mineral, em geral feita por grandes empresas, e o anúncio de várias descobertas de jazidas de ouro na região, despertaram a esperança da população pobre do país de enriquecimento rápido. Nesse período, década de 70, a região norte recebeu um número estimado em 251.449 de emigrantes, sendo que o Estado do Pará recebeu um contingente populacional estimado de 130.395. Ou seja, grande parte desses emigrantes, provenientes de todo Brasil, direcionou-se para o Estado do Pará.

Esse mesmo artigo também especulava sobre uma imigração em massa de portugueses para Belém, noticiada por um “órgão de imprensa da capital paulista”, não especificando o jornal. A respeito deste processo o cônsul falou:

não acredito que isso venha a se concretizar, mas se houver, realmente essa imigração em massa, tenho absoluta certeza de que poderei contar com a boa vontade e o melhor espírito de colaboração, tanto das autoridades, oficiais do estado, como da colônia portuguesa que aqui já se encontra radicada (“Portugueses estão vindo para Belém”, jornal *A Província do Pará*, 9 setembro de 1975, 1º caderno, p. 05)

Essa imigração em massa não chegou a se concretizar, ou pelo menos não foi noticiada pelos jornais paraenses entre 1975 e 1976. Com a crise brasileira da década de 80, a paralisação de algumas obras dos grandes projetos, a intervenção federal em algumas minas de ouro e a crise fundiária, alguns desses migrantes fizeram o caminho de volta, e o número de migrantes que entraram no Pará diminuiu ao longo das décadas de 80 e 90.

As narrativas dos entrevistados sobre as primeiras impressões da cidade de Belém e arredores é bem interessante. Primeiramente Belém não correspondia ao que eles imaginavam de Brasil¹². Para além da dificuldade de adaptação ao dia a dia de uma nova “casa”, os entrevistados enfatizaram que a principal dificuldade foi viver uma vida com muitas privações.

Como dito anteriormente, a maioria dos entrevistados possuíam uma vida estável em Angola. Alguns, como o senhor Antônio Bagarrão e a dona Maria José já tinham suas famílias constituídas, e a imigração significou começar do zero, tendo a uma família para sustentar. No caso da dona Eugênia Bagarrão Gibson (sobrinha do senhor Antônio), Carla Panarra Neves e Cláudio Delgado, foi diferente. Eles eram estudantes, e tinham expectativas de cursar o nível superior. Em 1975 eram dependentes financeiros dos seus pais. E a imigração significou uma mudança não só de vida, mas de planos para o futuro.

Era o lugar onde eu era estudante, nunca havia trabalhado, nunca

¹² As imagens imaginadas pelos entrevistados tem relação direta a imagem exportada pelo Brasil, através das músicas, radio novelas e revistas que chegavam a Angola na década de 60 e 70. Neste material, segundo os entrevistados, as terras brasileiras se definiam pela praia, bossa nova, coqueiros, orlas, enfim, elementos não encontrados na cidade de Belém.

havia passado por dificuldades, aqui não. (Emociona-se) Tive que trabalhar cedo, cresci cedo, passei a ter responsabilidades antes da hora... então, ajudei a manter uma família, junto com o meu pai e com a minha irmã mais velha. Passei, o meu salário ficou. Passou a ser parte integrante da casa, mesmo que eu quisesse parar de trabalhar eu não podia, meu salário era integral, do jeito que eu recebia era entregue na mão da minha mãe. Então, foi uma ruptura de tudo, dos meus sonhos, tudo (chora) (depoimento de Eugenia Bagarrão, concedido em 10 de fevereiro de 2003).

Choram não só por terem deixado Angola, mas pelo que lá ficou, sua infância, sonhos, amigos, casa, prestígio, sofrem com as saudades desses tempos que “não voltam”, mas que estão gravados nas suas memórias¹³.

Portanto, recordar a terra natal a partir de uma experiência imigratória, e em espaço transnacional, fez com que o país de origem fosse idealizado, “romantizado”. As memórias narradas da terra natal, de forma lírica e sensorial, buscam somente os aspectos positivos da vida que os exilados levavam, desejando um retorno isento de um tempo passado, querendo restituições do que lhes foi “tirado”. Esse desejo de retorno vincula-se ao tempo, não ao espaço. Desejam retornar a Angola de suas memórias, organizadas já como imigrantes, e a partir das vivências no Brasil, “romantizadas”, idealizadas.

E, como ficam as identidades desses sujeitos que cresceram aprendendo os símbolos portugueses, vivendo e experimentando Angola, e que há mais de 35 anos vivem em Belém do Pará, Brasil? Discutiremos esta questão a seguir.

3. Mediações culturais e identidades em trânsito

Os retornados, ao chegarem a terras brasileiras, encontraram o país em profunda recessão econômica e em Ditadura Militar. Acreditavam, antes da emigração, que o Brasil era o país do futebol, samba, bossa nova, liberal e com “democracia racial”. Decepcionaram-se. Especialmente por não terem as mesmas oportunidades e status de antes, em Angola. Tiveram que adequar suas vidas ao salário mínimo. Sofreram e sofrem pelas perdas causadas com a imigração. Foi aqui também que tiveram conta-

¹³ Os que saíram jovens de Angola ressaltam que eram favoráveis a independência, que questionavam os privilégios, mas, ao mesmo tempo, discordam da forma que o processo foi feito. Criticam, até hoje, a guerra civil e a retaliação aos que lá viviam, sejam portugueses ou mesmo angolanos.

to com “novas culturas”. Já conheciam algumas músicas e artistas brasileiros, mas só aqui entraram em contato com a realidade cultural de outro país, vivendo-a enquanto despediam-se de seus traços e ritmos culturais. Também formaram novos laços familiares, tendo filhos, netos, maridos ou esposas brasileiros.

Tantas mudanças também ajudaram na criação de medidas conciliatórias entre as suas influências culturais, trazidas com a imigração, e a “nova” cultura, que passou a basear a realidade, o vivido cotidianamente.

Eu dei graças a Deus por meu pai ter escolhido o Brasil porque nós fomos muito bem recebidos. Em todos os lugares que nós fomos, fomos muito bem recebidos. Como pessoas sempre de bem, rodeados de pessoas de bem, mas não é fácil. A comunicação é difícil. O brasileiro tem o péssimo hábito de achar que só ele fala bem, que só ele é que o ‘dono da bola preta’, então quem chega aqui com um sotaque português é terrível! Não consegue emprego direito, se você consegue emprego você é achincalhado o dia inteiro, você é. Eu perdi o meu sotaque muito mais depressa pra fugir da gozação dos outros. Pra fugir da gozação! Agora você chega aqui com dezessete anos, não é fácil. Pra fugir da gozação dos outros você entra, e tenta, pelo menos falar como eles falam pra você poder... (*viver sem sofrer gozações dos outros*) (depoimento de Eugenia Bagarrão, concedido em 10 de fevereiro de 2003).

O sotaque angolano carregado nas suas falas fez com que vivessem constrangimentos nos novos ambientes em que frequentavam. Não só Eugenia falou dessa dificuldade, o senhor Toninho também.

Mas o quê que eu pensei: Eu estou trabalhando na empresa brasileira, aí eu chego lá e é a caçoadá; se eu não me adaptar, nunca eu vou me sentir melhor, então eu tenho que me adaptar a eles. Então o que é que eu fiz, eu comecei a me adaptar, tanto no sotaque como nas brincadeiras. Eu comecei a me entrosar com eles que era pra ficar melhor pra mim, porque se eu ficasse de lado, nem ir de encontro com eles é pior, eu me adaptei. O meu irmão já era o contrário, o Valério sempre, nunca quis se adaptar, o Valério ainda tem mais sotaque de português que eu, o meu pai pior ainda (depoimento do Sr. Antônio, concedido em 10 de abril de 2004).

Em geral, preferiram “engolir” a maneira de falar. Criaram medidas conciliatórias para sobreviver nesse “novo” mundo. Como ressaltou o senhor Antônio, nem todos agiram dessa forma. Os que vieram para o Brasil ainda crianças tiveram que adotar o sotaque brasileiro para ter melhor desempenho escolar e também porque cresceram ouvindo e convivendo com essa forma de falar.

Hoje, dos entrevistados, poucos possuem o sotaque carregado. Interessante perceber que a “perda” do sotaque nem sempre é definitiva. Quando estes entrevistados entram em contato com familiares que moram em Portugal ou com outros angolanos ou portugueses, seus sotaques voltam como num passe inconsciente para marcar suas origens, seu passado presente. Ou seja, no contato com brasileiros falam como brasileiros, ao terem contato com o familiar, voltam a falar de forma que os identifique como portugueses ou angolanos.

As mudanças de comportamento não pararam por aí. Os refugiados aderiram ao vestuário local, especialmente porque em Belém, com o calor intenso, impedia que usassem as roupas a que estavam acostumados em Angola. Apesar de seu país ter um clima próximo do brasileiro, a influência portuguesa, muito presente, ditava a moda. Os homens tinham que usar calça, camiseta e camisa, além de meias e sapatos fechados, principalmente ao saírem de suas casas. No Brasil, a falta de recursos e o calor de 30° Celsius diários fez com que o vestuário se modificasse com os anos. No entanto, houve quem não quisesse mudar seu modo de vestir. O senhor Antônio até hoje não usa bermudas, nem em momento familiar, muito menos jeans. Ele preferiu manter o “conservadorismo” de suas vestimentas para assim também se diferenciar dos demais, tanto no ambiente de trabalho como na rua.

Nas suas casas, territórios íntimos onde se expressam culturalmente a partir dos objetos que compõem a decoração, encontramos diversos símbolos dos países que os influenciam. Independente das condições financeiras da família, sempre encontramos uma casa organizada em que objetos de maior valor sentimental ficam expostos na sala, geralmente primeiro cômodo da casa.

Entre porta-retratos estão peças de artesanato angolano, miniaturas de monumentos e pratos portugueses. Na casa de Angelina, sua sala se tornou seu pequeno santuário, lugar onde vemos nitidamente essas múltiplas culturas que fazem parte do seu eu. Em cima do sofá de três lugares está uma manta decorativa do nordeste brasileiro, e em outro móvel está um tecido estampado angolano adaptado como toalha de mesa. Nas paredes, além das diversas fotos, encontramos pratos portugueses ao lado de *cuias*¹⁴ típicas do Pará. Essa mistura de temáticas faz de sua decoração a exteriori-

¹⁴ As cuias são objetos redondos, fundos e originariamente criada pelos povos indígenas para o uso nas horas de refeição, como pratos. Sua utilidade na atualidade é de servir um prato típico regional, o ta-

zação de seus sentimentos com relação às suas influências culturais, sendo um ponto importante para compreender como se sentem na atualidade. Na casa dos outros entrevistados, essa “mistura cultural” na decoração também é encontrada, em menor ou maior grau.

Essas traduções culturais também são visíveis nas preferências musicais. Estes angolanos cresceram ouvindo música portuguesa (especificamente o fado), ao lado das brasileiras e africanas. Hoje, depois de tantos anos no Brasil, os refugiados ainda ouvem músicas desses três países. Uns dizem que é uma questão de gosto musical, outros alegam que é uma maneira de lembrar-se de situações vividas.

Ouvem estas músicas, tanto por fazerem parte de seus gostos musicais, como por relembrares partes do passado, mas acima de tudo, por fazerem parte do legado cultural que carregam.

Eu particularmente eu gosto de um pouco de tudo, porque a gente dizer que gosta só de uma linha, não, olha só, tem minha infância, música africana, minha descendência, música portuguesa e a minha vida hoje, música brasileira também. Eu acho que tem os momentos. Música africana eu ouço mais quando estou reunida com meus amigos africanos, quando eu disponho desse tempo para me dedicar, eu acho assim que são momentos. Eu escuto música portuguesa dos três é o mais difícil, as vezes eu escuto mais até para recordar, faz parte também. E a música brasileira é a realidade é o dia-a-dia (depoimento de Ana Carla concedido em 20 de março de 2005).

Em poucas palavras Carla contou como se sentia ao ouvir estas músicas, e principalmente em quais momentos. Como Carla, muitos outros falaram dessas relações. Música portuguesa em momento de tristeza ou saudades de Angola. Música africana na confraternização com amigos, e brasileira nos mais diferentes momentos, por fazer parte de suas rotinas. Interessante ressaltar que não ouvem exclusivamente música angolana quando se trata de músicas africanas. Ouvem músicas de toda a África, especialmente as canções cabo-verdianas e angolanas. Isso traz mais indícios sobre as relações estabelecidas entre as diversas culturas que os influenciam.

Assim como os cheiros, imagens e objetos, as músicas também lhes trazem recordações de situações marcantes vividas no passado. As relações estabelecidas entre preferência musical e identidade cultural são bem estreitas, pois para povos africanos

cacá. Mas as cuias também são usadas como objetos de decoração pois seu lado externo possui símbolos regionais pintados a mão, em geral com motivos da cultura marajoara.

as predileções musicais estão ligadas as suas vivências e contatos, enquanto meio de comunicação com diferentes culturas. E, com esta discussão, vamos percebendo o quanto os conflitos internos dos entrevistados também se fazem presentes quando questionados sobre estes assuntos.

Cláudio, que desde o princípio da entrevista afirmava não lembrar de nada e fazer questão de não lembrar, quando foi interrogado sobre este assunto se emocionou. Contou-nos o quanto o fado lembrava sua infância – a família reunida, a mãe e as irmãs, que, diferente dele e do pai, decidiram ficar em Portugal. Falou-nos também que, ao ouvir música angolana, sente-se triste e alegre ao mesmo tempo. A presença de sentimentos contrapostos pode ser entendida, quando acompanhada de perto. Lembra-se de amigos ausentes ou já falecidos, ainda do período em que morava em Angola, fazendo com que relembre os momentos difíceis da imigração. Mas, hoje, quando as está ouvindo, geralmente em momento de confraternização com “novos” amigos, fica feliz por poder mostrar um pouco do que é “seu”. Mesmo não querendo falar de suas mágoas e decepções, Cláudio acabou desabafando quando falou sobre as músicas, como se elas fossem capazes de romper uma barreira, construída por ele mesmo, e trouxessem à tona lembranças de tempos marcantes de sua vida.

Em outro momento, sem o gravador ou qualquer tipo de formalidade, Cláudio faz questão de mostrar sua coleção de cd's. Entre os títulos mais presentes estavam os de Amália Rodrigues, já citada anteriormente, de Ruy Mingas, Teta Lando, Dom Kikas, Bonga, entre outros cantores angolanos, e, principalmente, cd's de música brasileira.

Já o Sr. Antônio, que desde o princípio da entrevista fez questão de ressaltar que não se relaciona com os brasileiros por viver para o trabalho e para a casa, em Angola era tocador de guitarra. Apresentava-se em rádios tocando as “guitarradas” portuguesas, que em geral acompanham os cantores de fado. No Brasil, esse gosto pela música não diminuiu, mas afirma sofrer preconceito por ser visto como português de “segunda categoria”, pois em Belém os clubes portugueses e associações lusas preferem contratar músicos de fora do estado para se apresentar nos bailes feitos especialmente para esta comunidade, tão expressiva na cidade. Antônio era muito conhecido em Angola por tocar bem e sua fama chegou até Portugal. No entanto, o fato de ter nascido em Angola ajudou que outros portugueses não acreditassem em seu potencial.

Ouve lá (*maneira do senhor Antônio de nos chamar para ouvi-lo*), eu não toco guitarra? Eu toco guitarra. O Grêmio (*português de Belém*) eles não contratam o pessoal do sul pra vir tocar? Por que eles sabem que eu sou angolano. Se eu fosse português, eu estava lá a tocar. Aranjava uma só ou duas (*moças cantoras*), ensaiávamos, em três ou quatro meses, estariam adaptados ao fado como outra pessoa se adapta. E nós podíamos fazer ali, bons programas, e ficava muito mais barato. Pra eles e pra nós era bom. Mas vê lá se eles chamam por nós? Somos angolanos. Tu vais hoje a Portugal, vês algum português que goste do angolano? É difícil. Há sempre brigas (depoimento do Sr. Antônio Bagarrão, concedido em 05 de janeiro de 2003).

Mas, senhor Antônio não deixou de tocar. Tocava sua guitarra no seio familiar. Diz preferir músicas portuguesas, mas na ocasião da entrevista estava cantarolando uma música do Bonga, artista angolano. Ele também se dizia um apreciador da música, e ressaltou que como os brasileiros não há no mundo, na questão de qualidade musical. Nesta mesma ocasião, mostrou vinis antigos de Tom Jobim, Vinícius de Moraes, entre outros músicos brasileiros. Por ter emigrado já em idade avançada, a influência portuguesa e angolana se mostram mais presentes do que nos demais, e isso fez com que tentasse a todo custo não ser influenciado pela cultura brasileira, mas como ele mesmo ressaltou vivia para o trabalho e para a casa, e foi nestes ambientes que começou a conviver com esta cultura.

No trabalho, tinha contato direto com brasileiros e em casa viu seus filhos mudarem, adquirirem novos traços culturais, já que conviveu com os genros ou noras e teve netos e bisnetos no Brasil. Seria até um erro imaginar que pensa, vive e convive como nos tempos de Angola. O homem em si é um ser social e, mesmo não admitindo, com a imigração novas relações sociais e culturais foram estabelecidas.

Em todas as entrevistas os retornados se mostraram gratos com o Brasil. As narrativas sobre a gratidão, exposta pelos depoentes, sobre a receptividade brasileira e as oportunidades dadas nesta “nova” casa¹⁵, contradizem o que haviam falado sobre as dificuldades encontradas no Brasil. Por mais que tenham essa gratidão, inevitável refletir sobre suas falas relacionadas à chegada – as perdas financeiras que sentiram, o *status* perdido, a estabilidade familiar abalada. Isso nos mostra que a relação estabelecida com o Brasil também é conflituosa.

Além dos conflitos internos relacionados ao Brasil, percebidos nas narrativas e

¹⁵ A ideia de ‘casas culturais’, desterritorialização da cultura são debatidos por alguns autores que discutem a diáspora contemporânea, entre eles (HALL, 2003).

na convivência com os entrevistados, também há os conflitos quanto às outras culturas que fazem parte de suas vidas.

Quando o assunto é mudar de país, ou ir para Angola ou Portugal, eles são categóricos: só se fosse a passeio ou a trabalho, isso com algumas ressalvas. Muitos de seus familiares fizeram o caminho de volta. Inclusive Cláudio, que saiu do Brasil em 2002 em direção a Portugal, em busca de emprego, de lá foi para a Bélgica, depois Escócia, e desde 2014 mora em São Luis, Estado do Maranhão. Por telefone, em uma conversa informal, contou que precisou sair do Brasil para perceber o quanto amava e estava apegado a este país. Lá, é identificado não como português e sim como brasileiro, apesar da identidade portuguesa. E, faz questão de enaltecer a imagem do Brasil por acreditar que a vida, por mais dificuldades que tenha, é melhor aqui. Cláudio levou sua família, constituída no Brasil, para mais essa aventura.

Os entrevistados afirmam que se sentem brasileiros de coração, o que não representa que tenham deixado de lado os outros países que também fazem parte de suas vidas. Ao contrário. É mais um motivo para viverem internamente um conflito quanto às suas nacionalidades, pois, como vimos, nasceram em Angola, cresceram acreditando que eram portugueses e passaram a maior parte de suas vidas no Brasil. Por mais que muitos afirmem que se sentem como brasileiros, suas narrativas trazem à tona uma grande divisão interna, chegando frequentemente à contradições. Seus depoimentos foram gravados mais de uma vez, e, analisando as diversas entrevistas, foi possível perceber essas tensões.

Por mais que tenham vivido um processo semelhante de imigração, os refugiados tratam o Brasil de diferentes maneiras. Suas falas evidenciam que vivem relações conflituosas com este país, apesar da gratidão. Conflituosas no sentido de que, mesmo após tantos anos, uns dizem que se sentem brasileiros, enquanto outros se sentem como estrangeiros, como se estivessem “morando de favor”. Somado a isso, o conflito é muito patente quando comparamos as entrevistas de um mesmo sujeito. Em cada entrevista os refugiados expressam seus sentimentos de diferentes maneiras, chegando até a entrar em contradição consigo mesmos. Isso deixa perceber que a imigração fez com que suas referências fossem deslocadas, idealizadas e sofressem interferências da cultura em que passaram a conviver em seus cotidianos.

4. Considerações finais

Conhecemos ao longo deste artigo um pouco de histórias e memórias de retornados angolanos no Pará. Os poucos angolanos trazidos nesta pesquisa surpreendem pela diversidade de facetas sendo quase impossível mapear por completo seus viveres e fazeres. Também vimos que suas recordações são marcadas pela multiplicidade de referências culturais, historicamente experimentadas. A partir dessas influências, esses homens e mulheres angolanos foram construindo suas identidades e perfis. No contato com culturas diversas, seja na colonização ou imigração, os entrevistados representaram-se individual e grupalmente. Mas, suas histórias de vida não são harmônicas. As perdas sofridas, os sonhos adiados, a romantização do passado, ou os ideais repensados, os desejos postergados, em parte realizados, são experiências que têm ajudado na contínua construção/reconstrução de suas identidades, dentro de contextos de intensos conflitos internos, pessoais e mais amplos.

Perguntados sobre como se sentem na atualidade, cada qual expressou seus sentimentos de uma forma, mas as respostas dão conta da complexa relação estabelecida com as diferentes culturas e interpretações de situações vividas no passado. Suas casas, preferências musicais, alimentares, gestos, vestimenta, formas de se expressarem, evidenciam os conflitos pessoais que vivem no pós-imigração. Em meio a tantas referências, os entrevistados acabaram selecionando o que lhes era conveniente para continuarem seus modos de ser e viver. As representações culturais que construíram tiveram como maior influência a família. Foi a partir dela que contaram sobre Angola, Portugal e suas vivências no Brasil. Começamos a perceber que eles são sujeitos formados por tantas culturas que acabam perdendo o sentido de nação. Tornaram-se seres “sem-lugar”, culturalmente distintos dos demais onde quer que estejam.

Em alguns momentos os entrevistados afirmam se sentir como brasileiros, outros angolanos, ou ainda, portugueses. Percebemos que suas identidades são múltiplas, representam-se nas diferentes culturas que conviveram, incorporando, selecionando, modificando e misturando traços culturais. Impossível estabelecer fronteiras que limitem o espaço de cada influência que experimentaram, já que estabeleceram relações intrincadas e subjetivas com estes “vínculos culturais”.

Então, eu acho que só vou mudar realmente, acho que vou ser a Geninha de verdade, eu vou conseguir resgatar o meu eu, meus medos, que são horríveis, meus traumas, no dia que eu atravessar o oceano, eu tenho que fazer essa viagem na minha vida, e acho que vou me encontrar, aí eu vou decidir, aí vou saber se sou angolana, ou portuguesa, porque é muito triste viver assim, tá? (depoimento de Eugênia Bagarrão, concedido em 10 de abril de 2004).

Como expressou Geninha, a imigração tornou os conflitos visíveis e mais fortes. Além disso, com a desterritorialização os retornados passaram a se sentir abandonados, sem um chão, sem uma referência fixa. Onde ficam em meio a tantas mudanças? Onde ficou a “sua casa”? Nesse “entre-lugares”, os imigrantes transformaram-se em sujeitos “entre-culturas”, por tentarem conciliar as diferentes experiências vividas e sentidas com seus cotidianos, levando-os a crescentes tensões pessoais, quanto as suas identidades, já que suas influências culturais muitas vezes eram conflitantes. E, é a partir dessas tensões, construídas dentro do processo diaspórico, que passaram a se sentir como estrangeiros nos diferentes ambientes que convivem. Estes angolanos carregam consigo traços culturais das diversas experiências que viveram, fazendo-os se sentirem estrangeiros em seus próprios territórios.

5. Referências bibliográficas

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo, Ed. USP, 1987.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Universidade estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo, ed. UNESP, 2002.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3. Ed, São Paulo, EDUSP, 2002.
- CARREIRA, Filomena. *Angola entre amor e o ódio*. São Paulo, ed. Harbra, 1998.
- CRUZ, Pompílio. *Angola: entre os vivos e os mortos*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.
- FERREIRA, Eugénio. *Feiras e presídios: esboço de interpretação materialista da colonização de Angola*. Coleção Estudos-autores angolanos. Lisboa, Edições 70, 1979.
- GUEDES, Luana Sullivan Bagarrão. *Refugiados angolanos no Pará: 1975-2002*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. Março de 2003.
- GUEDES, Luana Sullivan Bagarrão. *Memórias em exílio, identidades em trânsito. Angolanos no Pará (1975-2004)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.
- GILROY, Paul. *O atlântico negro*. São Paulo, ed. 34, Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (org.), ed. UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora, Lisboa: presença, 1973.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, nº. 22, 2001, pp. 79-104.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*. Portugal, Editorial Inquérito, 1997.
- MENEZES, Solival. Mamma. *Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo, EDUSP, 2000.
- PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Território, Política e Economia no Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003. v. 01. 350p.
- PINHEIRO, Alves. *Angola: terra e sangue de Portugal*. Rio de Janeiro, J. Ozon Editor, 1962.
- PINTO, Cláudia Sofia. FARIA, Susana. *Retornados: identidades de um grupo (in)conformado*. Coimbra, Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Portugal: Seminário de investigação em Sociologia da Cultura, 1996.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. *Projeto História*, nº 15, 1997, pp. 13-49.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significados nas memórias orais. *Tempo*, vol. 1, n. 2, 1996, pp. 59-72.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, nº 22, 2001, pp. 9-36.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, nº 14, 1997, p. 25/39.
- PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3ª edição: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. Projeto História no. 15, 1997.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa brasileira: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média, 1964-1985*. Porto Alegre, ed. da UFRGS, 1998.

Recebido em: outubro de 2016.

Aprovado em: dezembro de 2016.